

foi assunto explicado pelo Prof. Doutor Aldo Mola, concluindo que a perda destes não se ficou a dever nem à Maçonaria regular, nem mesmo à revolucionária, mas antes à atitude de Napoleão III, franco-maçon e amigo do Papa.

O tema *Maçonaria e o Liberalismo no Porto* teve a colaboração do Prof. Doutor F. Ribeiro da Silva (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e do Doutor A. Carmo Reis. Fizeram uma retrospectiva de alguns acontecimentos históricos no Porto do séc. XIX, observando que o papel da Maçonaria foi sempre de acelerar a evolução dos acontecimentos político-sociais, negando-lhe, todavia, a exclusividade. A Doutora M. Dolores G. Molleda, catedrática de Salamanca, analisou o caso espanhol, referindo que a diversidade dos momentos históricos influi directamente no número de aderentes às lojas. Assim, muitos maçons terão entrado para dar mais eficácia às suas opções políticas e sociais.

A *Maçonaria e a Igreja, génese e desenvolvimento de um conflito inacabado* foi o tema proferido Prof. Pedro Alvarez. Depois de uma incursão na história, constata a existência de uma pluralidade de Maçonarias e não de uma Maçonaria. Prossegue o seu discurso com a acção do Cardeal Ratzinger, referindo os mecanismos de aproximação desenvolvidos por pessoas credenciadas tanto da Igreja como da Maçonaria. Sublinhou a utilidade deste empenhamento, apoiado por um diálogo franco e leal, para as futuras tomadas de posição, relativamente à promoção da Paz, da Justiça e do Progresso.

Coube ao Doutor António Marto, em nome da Direcção da Faculdade presidir ao encerramento. Respondeu à estranheza sentida por algumas pessoas acerca da realização deste evento. Certo de que as questões em discussão eram «quentes», propôs que, para o debate destes problemas, fossem sempre convidadas pessoas competentes, como aconteceu. Segundo A. Marto, a Universidade é o local próprio para o estudo de tais questões, pois deve ser entendida como lugar de busca do saber. A Universidade Católica é justamente uma instituição para o diálogo entre a fé e as suas felizes ou até menos felizes encarnações históricas, que pretende reflectir antes de considerações acríticas e ingénuas.

Abílio de Sousa Rodrigues

COMISSÃO NACIONAL DE ARTE SACRA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA IGREJA: 5 ANOS DE ACTIVIDADE

O II Concílio do Vaticano começou os seus trabalhos pela discussão e aprovação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, (SC) que o Papa Paulo VI promulgou no dia 4 de Dezembro de 1963.

Circunstâncias concretas, entre as quais a mentalização bem sucedida do Movimento Litúrgico, tinham preparado o ambiente na Igreja, levando os Padres conciliares a escolher a Liturgia para sua tarefa inicial.

Depois de tratar da Música Sacra no capítulo VI, a Constituição dedica o capítulo VII à Arte Sacra.

A Arte Sacra é considerada neste capítulo como o cimo das mais nobres actividades do espírito humano e das artes liberais, porque exprime, «nas obras saídas das mãos do homem, a infinita beleza de Deus» (SC 122). E nele se reconhece também que a Igreja sempre se preocupou com «a dignidade e beleza do culto».

Para que a acção pastoral seja completa, determinou o Concílio que se criassem em cada diocese, além da Comissão da Liturgia, as Comissões de Música Sacra e Arte Sacra (SC 46). Em âmbito mais vasto, à competente autoridade eclesiástica territorial foi atribuído o poder de determinar as várias adaptações a fazer, designadamente, na língua litúrgica, na Música Sacra e nas Artes (SC 39).

Em Portugal, a renovação litúrgica conciliar, que também fora preparada pelo Movimento Litúrgico e, nomeadamente, por dois dos seus principais intérpretes: D. António Coelho e Mons. José Manuel Pereira dos Reis, começou a ser posta em prática pela Conferência Episcopal Portuguesa através da Comissão Episcopal de Liturgia que sempre teve como órgão executivo um Secretariado Nacional. No primeiro lugar dos seus objectivos e actividades está a Liturgia e a Pastoral Litúrgica, mas a Música Sacra «constitui parte necessária e integrante da Liturgia», «tem uma função ministerial no culto divino», e «os actos litúrgicos revestem-se de maior nobreza quando são celebrados de modo solene com o canto, com a presença dos ministros sagrados e a participação activa do povo» (SC 112-113).

A Arte Sacra levou mais tempo que a Música a dispor, entre nós, de um serviço nacional.

Se as primeiras tentativas, estimuladas pelo Secretariado Nacional de Liturgia, tiveram o seu início em 1979 com a escolha de alguns nomes e até com uma outra reunião para se esboçar um projecto comum, praticamente só em 1989 é que foi devidamente oficializada uma comissão nacional.

• Efectivamente, no dia 22 de Maio de 1989, na Sala de Reuniões no Secretariado de Acção Pastoral do Patriarcado de Lisboa, sito no Campo dos Mártires da Pátria, nº 47 - 2º andar, em Lisboa, tomou posse a Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja, constituída por: Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos, Drª D. Maria Teresa Gomes Ferreira, Arq.¹⁰ Luiz Sarmento de Carvalho Cunha, Pintor José Bénard Guedes Salgado e Dr. Arq.¹⁰ José António Nunes Mexia Beja da Costa. A partir de Junho de 1992, o Dr. Tomás Machado Lima ficou a integrar esta Comissão como Vogal.

O Sr. D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, conferiu posse ao Presidente e Vogais da Comissão e depois apresentou, em linhas gerais, as coordenadas por que se havia de orientar a Comissão Nacional, em estreita orientação com o Secretariado Nacional de Liturgia, o espírito do seu labor, o âmbito da sua actividade, o que dele esperava a Conferência Episcopal e os serviços que poderia prestar à valorização e salvaguarda do património cultural da Igreja.

Após uma fase de definição de objectivos e distribuição de áreas e pelouros dentro da Comissão, passou-se à acção a nível nacional.

• No dia 13 de Novembro de 1989 a Comissão Nacional reuniu com as Comissões Diocesanas de Arte Sacra no Santuário de Fátima. Foi o primeiro contacto com a realidade de 17 das 20 Dioceses de Portugal europeu na área de Arte Sacra.

Ficou a saber-se que havia Comissões em todas as Dioceses, embora a sua constituição e trabalho efectivo oscilassem de uma para as outras.

• Em 1990, de 23 a 25 de Novembro, a Comissão realizou em Fátima um Encontro Nacional sobre «O Espaço Litúrgico e a Arquitectura». Foram seus conferencistas: Cón. José da Costa Ferreira, P. Dr. José de Leão Cordeiro e P. Farnés Scherer (pela Liturgia) e os Arq.^{tos} José Carlos Loureiro, Erich Corsepius, Diogo Lino Pimentel e Luiz Cunha (pela Arquitectura).

São estas as conclusões a que se chegou:

- que se dinamizem as Comissões Diocesanas de Arte Sacra, que devem ser constituídas por liturgistas, arquitectos, engenheiros civis e electrotécnicos, e ter como consultores um arqueólogo, um conservador e um técnico de restauro;
- que se sensibilize o clero, as comissões fabriqueiras e as comissões construtoras de igrejas para as normas litúrgicas e artísticas que devem orientar os seus trabalhos;
- que se promova, a curto prazo, um congresso alargado a toda a problemática da Arte Sacra.

• Nos dias 29 e 30 de Novembro de 1991 a Comissão Nacional efectuou o seu 2º Encontro com as Comissões Diocesanas. Os responsáveis pelas Comissões Diocesanas apresentaram relatórios sobre a situação das suas Dioceses no que se referia à inventariação, conservação e promoção do seu património.

D. Angel Sancho Campo, Director do Secretariado da Comissão Episcopal Espanhola para o Património Cultural, fez neste Encontro uma intervenção de grande interesse, apresentou o inventário como o primeiro passo concreto para a protecção do património e salientou a função evangelizadora e catequética da Arte Sacra.

Dois membros da Polícia Judiciária do Porto, que foram expressamente convidados, testemunharam a sua experiência sobre a segurança das obras artísticas de carácter religioso e referiram alguns exemplos de recuperação de objectos de culto, que tinham sido roubados.

Foram estas as principais conclusões:

- que as Comissões Diocesanas, que ainda não estavam devidamente constituídas, o fossem quanto antes;
- que este Encontro contribuisse para divulgar por todo o povo de Deus a preocupação que as Comissões presentes sentiam pela salvaguarda, conservação e promoção do Património Cultural da Igreja;
- que se reconhecesse o carácter prioritário e urgente da inventariação, em qualquer das suas modalidades, tendo em conta a abertura das fronteiras dos Países do Mercado Comum no ano seguinte;
- que todos quantos serviam a Arte Sacra assumissem o objectivo evangelizador e catequético que é indissociável das obras de arte cristã que, mesmo retiradas do culto, não são meros objectos artísticos.

• «O Espaço Litúrgico e as Artes» foi a temática de mais um Encontro Nacional realizado pela Comissão do Santuário de Fátima, nos dias 8 e 9 de Janeiro de 1993.

Sobre o espaço litúrgico o P. Dr. José de Leão Cordeiro apresentou as orientações da Igreja baseando-se nos documentos oficiais respectivos.

O Professor António Mas-Guindal Lafarga, titular do E.T.S. de Arquitectura de Madrid, desenvolveu brilhantemente o tema: «Tendências da Arquitectura Religiosa em Espanha (para uma compreensão do espaço religioso)».

O Professor Arq.^{to} Fernando Távora, a Escultora Irene Vilar, o Professor Luís Filipe de Abreu e o Pintor António Lino introduziram os temas concernentes às suas respectivas especialidades num projecto de igreja, proporcionando uma generalizada e enriquecedora troca de ideias.

Os problemas técnicos da iluminação e da acústica foram tratados pelo Eng.^o Jorge Lemos e pelo Professor Pedro Martins da Silva, respectivamente.

• As I Jornadas sobre o Património Cultural da Igreja foram realizadas pela Comissão a 18 e 19 de Junho de 1993 no Santuário de Fátima.

Para a sua preparação, fizeram-se dois inquéritos às Dioceses de Portugal: um sobre a estrutura e o funcionamento das Comissões Diocesanas de Arte Sacra e outro acerca dos Arquivos diocesanos e paroquiais.

Nestas Jornadas, o Dr. Tomás Machado Lima tratou da «Conservação e valorização dos Arquivos da Igreja» e a Dr.^a Isabel Cid, Directora da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Évora, deu um testemunho do seu trabalho profissional, inclusive no Arquivo da Sé de Évora e noutros da Igreja.

O Professor Eng.^o Manuel da Costa Lobo, Professor do Instituto Superior Técnico e Provedor do Ambiente e da Qualidade de Vida Urbana da Cidade de Lisboa, fez uma exposição muito completa sobre o «Ambiente e Património».

O Dr. Arq.^{to} José António Nunes Mexia Beja da Costa Falcão, Director da Casa-Museu dos Patudos e Vogal da Comissão, com base nos inquéritos feitos, desenvolveu o tema «Comissões Diocesanas de Arte Sacra. Reflexões em torno do seu funcionamento, organigrama e perspectivas de dinamização», servindo-se de gráficos muito elucidativos e apropriados.

A Dr.^a Maria Teresa Gomes Ferreira, Directora do Museu Calouste Gulbenkian e também Vogal da Comissão, falou sobre «Conservação, restauro e acondicionamento dos têxteis litúrgicos».

Estas foram as principais acções da Comissão Nacional ao longo destes 5 anos, que dentro de muitas limitações, procura realizar a sua missão numa área que é cada vez mais sensível e precisa de ser urgentemente promovida e posta ao serviço da evangelização e da catequese do povo português e de todos quantos nos visitam e gostam de apreciar o nosso rico património artístico.

Aníbal Ramos

A TALHA DOURADA E A CIDADE DO PORTO: UM TEMA DE REFLEXÃO

A talha dourada, como já referimos diversas vezes em artigos e conferências da especialidade, foi considerada durante muito tempo como uma manifestação artística secundária; daí, a sua inserção nas chamadas «artes menores» e, mais tarde, ultrapassado este conceito, nas «artes decorativas». Esta conotação não muito